

# Diferenciação espacial e análise regional sob a condição capitalista na contemporaneidade\*

Ulysses da Cunha Baggio

## Resumo

Este artigo se propõe a uma abordagem crítica da diferenciação espacial no âmbito da dinâmica social, especialmente sob a condição capitalista na contemporaneidade, quando a dimensão contraditória e desigual de realização territorial do capitalismo, sob os impactos da globalização acelerada, se revela mais recrudescida e, desse modo, reavivando os estudos em torno da região e da regionalização.

**Palavras-chave:** globalização; diferenciação espacial; região; regionalização; território.

## Abstract

*This article provides a critical approach to space differentiation in the scope of social dynamics, especially under today's capitalist condition, when the contradictory and unequal dimension of capitalism's territorial accomplishment, under the impacts of accelerated globalization, is more exacerbated. In this way, the article stimulates studies about regions and regionalization.*

**Keywords:** *globalization; space differentiation; region; regionalization; territory.*

## Introdução

Ontologicamente, o espaço geográfico compõe-se de “n” variáveis socioculturais e fisiográficas que se manifestam tanto empírica como abstratamente. As materialidades produzidas pelo trabalho social, bem como aquelas engendradas pelas dinâmicas da natureza, constituem formas empiricamente identificáveis no território, o que nos dá a paisagem geográfica. Os componentes abstratos (não auto-evidentes) podem ser exemplificados, entre outros, pelas ideologias, fluxos de informação e circulação do capital financeiro. Postula-se, assim, que o espaço geográfico não se definiria nem como um objeto empírico nem como um objeto teórico-abstrato, mas mais propriamente como uma situação relacional multidimensional de variadas escalas, proporcionando-nos uma pluralidade de leituras geográficas do real e do mundo ou ainda de imaginações geográficas múltiplas. Nesse universo, o sujeito de conhecimento e de ação é concebido ontologicamente como um ente espacial, ao mesmo tempo em que é produtor de espacializações que se dão no plano de sua existência como ser social.

As variadas formas de intercâmbio e de integração entre variáveis (concretas e abstratas) conformam e explicam processos e dinâmicas de formação e organização do território que se realizam progressivamente a partir de interconexões globais e reajustes relacionais constantes, em que pesem a força do dinheiro (e das finanças), a moderna tecnologia e a informação. Dado que a combinação/recombinação entre elas admite a diversidade, a exemplo de interações e formas híbridas, produzem-se

variados arranjos territoriais, em diferentes escalas geográficas, que expressam novas territorializações e novas territorialidades de variados matizes que, na espacialidade contemporânea, se mostram cada vez mais mutantes, móveis e até mesmo sobrepostas. Esse cenário, a se afirmar como um verdadeiro caleidoscópio geográfico, nos conduz, inequivocamente, a reafirmar e valorizar a idéia de espaço diferenciado ou ainda de novas dinâmicas de diferenciação espacial, remetendo-nos à idéia de região ou de espaço regionalizado.

Diante da afirmação de tendências globalizantes nas sociedades e nos lugares, o conhecimento regional assume grande magnitude e pertinência analítica quanto ao desvendamento e à aferição de práticas sociais diversas, especialmente no que importa às suas implicações regionais e regionalizantes. Não se pretende aqui recair em abordagens demasiadamente abstratas; é preciso, pois, que os atores sejam valorizados devida e adequadamente no processo de análise. Deliberadamente, tais atores (instituições, empresas, Estado, movimentos sociais, etc.) e suas práticas adquirem um poder que se amplia em níveis globais, precipitando a constituição de um cenário marcado por múltiplas regionalizações da vida cotidiana, submetido a transformações sociais permanentes, conquanto perpassado pela profusão de intercâmbios globais.

Desse modo, a condição socioespacial da contemporaneidade implica a produção de formas e expressões territoriais progressivamente desencaixadas, mutantes e instáveis, de modo a impactar e a reduzir sensivelmente as manifestações espaciais tradicionais, mais estáveis e encaixadas (Giddens, 1991). Os mecanismos de desencaixe

propiciados pela força do capital, pelo arcabouço científico-tecnológico e pela informação (e os discursos a ela relacionados) entabulam condições que ampliam substancialmente as possibilidades operacionais dos sujeitos, bem como ações de caráter decisório, conquanto também produzam inseguranças ao plano da vida pessoal. Daí se compreender certa busca por identidades de caráter mais estabilizador, arena em que o regionalismo pode ser encarado como uma condição a operar compensações diante dos constrangimentos provocados pela globalização, sugerindo uma vinculação quase que orgânica entre regionalismo e identidade.

Sob o intenso desenvolvimento das forças produtivas, alcançado principalmente nas últimas décadas, a formação desse efetivo caleidoscópico territorial engendra, entre outras expressões, a conformação de periferias pobres no âmbito de países avançados, assim como manifestações espaciais modernas e desenvolvidas na chamada periferia do sistema. Essa situação se revela como uma explícita manifestação da redefinição da questão social sob o capitalismo contemporâneo e de seus mecanismos de coesão e fragmentação, que são engendrados no e para além dos processos de produção, portanto não se reduzindo a eles. E aqui não seria recomendável e nem prudente forçar interpretações que pretendam certa organização esquemática desse cenário, e menos ainda mediante a utilização de categorias tradicionais num universo social em que a extensão de poder de seus atores hegemônicos torna-se de difícil aferição, mal admitindo uma avaliação arrazoada por meios estatísticos. Nessa arena do capitalismo global, os mecanismos de controle se mostram cada vez mais limitados e impotentes, em que

nada ou quase nada parece ser efetivamente controlável. Essa complexidade, melhor dizer totalidade fragmentária e contraditoriamente autodestrutiva, impõe dificuldades e limites quanto à identificação, demarcação e qualificação de suas expressões constitutivas, representando grandes desafios às diversas áreas do conhecimento, à ação do Estado e às práticas dos movimentos sociais. Por isso, urge o desenvolvimento de um conhecimento relacional capaz de apreender criticamente a complexidade geográfica contemporânea. Considerando-se que esta se apresenta como um mosaico de situações em movimento, esse conhecimento requer, assim, a operacionalização concomitante da sucessão e da simultaneidade dos eventos, *pari passu* a valorização do sujeito de conhecimento e suas práticas espacializadoras no mundo sensível.

## A geografia como um conhecimento genuinamente relacional

Estando a Geografia devotada fundamentalmente ao estudo das relações entre a sociedade, na sua diversidade, e a natureza – progressivamente convertida em natureza humanizada pelo trabalho socialmente realizado –, vislumbra-se a efetiva unicidade da Geografia, isto é, a inseparabilidade homem/natureza. Inseparabilidade que, no entanto, expõe uma condição humana constrangida e reduzida pela degradação do trabalho (e da natureza) sob os fundamentos e a lógica de uma economia de exploração ou ainda de uma capitalização ampliada e

extenuante, com decorrências devastadoras e intoleráveis, conquanto acirre diferenças e racismos de toda ordem, cujas especificidades locais e regionais não podem ser eludidas pela análise. Trata-se de uma condição que só ideologicamente implica alguma positividade, mas que logo se dissolve ante as pulsações do mundo sensível, a revelar uma estrutura social na qual o humano está profundamente subordinado à lógica da valorização do capital, relegando a vida a uma condição inferior e secundária.

A inseparabilidade aludida – permeada por contradições – sugere a concepção de uma Geografia que articule e integre os termos dessa relação, sem, contudo, homogeneizá-la e tão pouco fetichizá-la, pois constituída essencialmente como relação social e não como relação entre coisas. Desse modo, a idéia de natureza não é aqui reduzida a um recurso estritamente, como pressupunha a ciência moderna (o que, de certo modo, sancionou ao capitalismo a sua apropriação e exploração generalizada), ou mesmo natureza enquanto campo de possibilidades às intervenções antrópicas. Trata-se essencialmente de uma concepção de natureza que comporta o sentido do trabalho alienado conquanto se revele como condição e limite à realização da vida.

Com o advento da modernidade, as relações entre os homens e destes com a natureza conformam-se progressivamente sob o capitalismo e sua dinâmica evolutiva. Daí a importância de nos debruçarmos sobre a natureza, as especificidades e o sentido da(s) geografia(s) do capitalismo e suas implicações na sociedade e na existência, portanto do espaço e de suas múltiplas expressões. Vale dizer que o espaço não se apresenta apenas como um produto da sociedade,

mas também como o seu reflexo e condição. Nesse sentido,

[...] o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social. (Santos, 1988, pp. 26-27)

As relações sociais, que também se revelam como relações com a natureza, comportam mediações, podendo-se destacar a do trabalho, pela qual historicamente o homem viabiliza a sua reprodução social no e pelo espaço. À medida que o trabalho socialmente realizado se objetiva espacialmente, isso equivaleria a dizer que o homem realiza a sua existência e reprodução social como um processo permanente e diversificado de produção do espaço, no qual as sociedades inscrevem as suas marcas, desigualdades e diferenças. Dito de outra forma, é a realização do tempo no e pelo espaço, movimento permanente que responde por sua formação e organização. Dado que as possibilidades de articulação e integração entre suas variáveis são múltiplas, haja vista as possibilidades proporcionadas pelo arcabouço técnico-científico atual, tal movimento significa o redimensionamento do espaço geográfico diferenciado e, portanto, dos próprios

processos de diferenciação espacial, reavivando e fortalecendo a idéia de região e de regionalização na compreensão das dinâmicas e processos sociais do mundo atual.

## A dinâmica espacial do capitalismo na globalização contemporânea

A dinâmica espaço-temporal do modo de produção capitalista potencializou-se como um amplo desenvolvimento das forças produtivas, a ponto de produzir uma assincronia entre o econômico e o político, com a preeminência do primeiro,<sup>1</sup> com maior destaque ao período subsequente à Segunda Guerra Mundial, que será marcado por um amplo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como pela introdução de um novo padrão de acumulação e regulamentação social e política a partir dos anos 70.<sup>2</sup> Esse dinamismo representará um forte impulso à difusão do “mundo da mercadoria”,<sup>3</sup> trazendo em sua esteira um espetacular avanço dos processos de internacionalização de mercados e da produção. Trata-se, em síntese, de uma dinâmica evolutiva do capitalismo que consolidou a globalização, entabulando novas formas de organização transnacional da produção, que conduz à redefinição das relações entre as economias nacionais embasadas na centralidade do Estado-nação. Vale lembrar, acerca disso, a importância alcançada pelo mercado financeiro e a rapidez com que se dão os fluxos de “dinheiro virtual”, conquanto não haja ainda instituições capazes de regulá-los. Isso, seguramente,

aumenta o grau de vulnerabilidade das economias “nacionais” diante de impactos substanciais na chamada “economia real”. Pela hiper mobilidade e preeminência do capital financeiro na economia global, proporcionadas pela desregulamentação financeira, desenvolve-se a mundialização do dólar e a emergência e o desenvolvimento dos fundos de pensão (de empresas, grupos, corporações e indivíduos), o que conduziu à disponibilidade de um enorme volume de dinheiro no mercado financeiro para fins de valorização. É nesse sentido que a globalização econômica em andamento torna-se essencialmente de égide financeira (Chesnais, 1996), não se tratando aqui apenas do lucro das empresas e do capital bancário, mas de um capital financeiro que é abstrato, que não é propriamente para geração de riqueza, mas para especulação. Surge daí uma forma de dinheiro que não é capital, mas tão-somente dinheiro, um dinheiro virtual originado de um vultoso processo de poupança nos países mais ricos. Sua evolução alcança maturidade a partir, sobretudo, dos anos 90, levando à revolução da telemática – fato que vai permitir a fluidez do dinheiro (investimentos financeiros) em tempo real – e à aceleração do desenvolvimento da ciência e da tecnologia – fatores essenciais à consolidação do capitalismo científico-técnico informacional. Considerando que a inovação se dá no âmbito da pesquisa tecnológica (biotecnologia, *software*, química fina, engenharia de novos materiais, etc.), sendo realizada pelos melhores pesquisadores do mundo, situados principalmente nos países ricos, essa inovação fica, em grande medida, circunscrita a um grupo seletivo de empresas no mundo. À medida que operam na inovação tecnológica de ponta, elas se situam no ápice da mega-

acumulação do capital no mundo. Isso se traduz na conformação de uma hierarquização explícita, com os países ricos no topo, fato revelador da brutal centralização do capital. Indubitavelmente, essa condição impõe grandes desafios e dificuldades aos países mais pobres, o que vem a revelar certa centralidade da variável tecnológica como, se não o principal, um dos principais fatores na construção de uma inserção na economia-mundo em patamares mais favoráveis.

Esse cenário, contudo, dificilmente levará à supressão do Estado-nação, mas mais propriamente a ajustes no sentido de orientar suas operações no sentido de tratamento de aspectos estruturais e de intercâmbio com outros estados. Ademais,

[...] numa economia mundial de rápida integração, o Estado-nação é ainda mais importante do que foi antes em seu papel legislador, negociador, árbitro e construtor de novas instituições regulatórias globais, tais como a Organização do Comércio. (Markusen, 2005, p. 69)

Lembremos que a arena da política internacional ainda é dominada pelos Estados ratzelianos (estados territoriais nacionais, invenção genuinamente europeia a se tornar um instrumento importante no controle das sociedades, aliás, em franco crescimento após o fim da Segunda Guerra Mundial, especialmente na África e na Ásia), os quais requerem capacidade estratégico-militar, variável ainda importante nas relações de poder de âmbito internacional.

É preciso não se perder de vista que a realização da globalização se dá, antes de tudo, nos lugares, a partir deles, daí a conformação que o lugar assume como instância geográfica privilegiada para a percepção

e interpretação do mundo. Ontologicamente, o lugar se revela como o *lócus* da vida e, desse modo, como o cenário de realização do cotidiano, pelo qual o mundial passou a se expressar. E, embora o mundial redefina o lugar, isso não representa necessariamente a supressão das suas particularidades (Carlos, 1996, p. 15). Vale dizer que, com maior ou menor intensidade, todos os lugares do planeta são atingidos, em graus variados, pelos vetores da dinâmica global, mas, ao menos por enquanto, não propriamente todos os segmentos sociais. Nesse sentido, Milton Santos e Maria L. Silveira (2001, p. 257) oferecem-nos uma contribuição luminosa, quando nos dizem que:

Dentro do território, podemos admitir a existência de áreas em que se pode falar de uma globalização “absoluta” e de outras em que essa globalização é apenas “relativizada”. As primeiras são áreas de presença mais plena da globalização. Nelas há concentração, com pequena contrapartida, de vetores da modernidade atual, o que leva à possibilidade de ação conjunta de atores “globais” ou “globalizados”. Nessas áreas, a tendência é que a produção, a circulação, a distribuição e a informação sejam corporativas, isto é, que a respectiva demanda principal seja de tais empresas. Nessas áreas de presença mais plena da globalização, há uma espécie de rendilhado mais denso de vetores ótimos da globalização, isto é, conduzidos por atores predispostos a uma lógica e a um movimento que dão primazia aos processos técnicos e políticos derivados. São, em última análise, vetores do dinheiro puro, subservientes aos seus desígnios: cadeias produtivas

modernas, produtos exportáveis, atividades especulativas etc. Nas áreas de menor presença da globalização, essas características desaparecem ou se reduzem segundo toda uma gama de extensão e intensidade.

Portanto, não é propriamente o espaço que se globaliza, mas sim o lugar. Ademais, a expressão concreta do espaço é dada pelo conjunto dos lugares. O mundo, então, não estaria configurado como um espaço global, mas mais propriamente formado por lugares da globalização, suas instâncias mediadoras.

## A lei do desenvolvimento desigual e suas implicações espaciais

Desde o início, a lógica espacial do capitalismo objetiva-se territorialmente de forma seletiva e pluralística, conferindo diferenças entre os (e nos) lugares que participam da globalização, entabulando bases locais e regionais de valorização diferencial do capital, produzindo, desse modo, particularidades espaciais quanto às suas formas de produção e reprodução. Sob essa mesma lógica, produzem-se igualmente verdadeiros territórios da desolação econômica e social, conquanto também o sejam de degradação ambiental, aí incluídas as situações críticas de “terra arrasada”. Desses territórios opacos precipitam-se levas de migrantes (sobretudo de jovens do sexo masculino) que afluem aos lugares de maior atração quanto a possibilidades de vida, numa busca não raro desesperada de condições que dificilmen-

te ultrapassam os limites da sobrevivência forçada. Esse cenário expõe a conformação de uma nova dinâmica migratória no mundo deflagrada por causas essencialmente sociais, mais especificamente engendradas pelo crescimento econômico cego sob a lógica de uma economia de exploração. Suas contradições inerentes e instabilidades se ampliam na esteira da crise da terceira revolução industrial, que vem a fortalecer os negócios e os interesses hegemônicos em detrimento do trabalho e do trabalhador. Sob essa lógica, os trabalhadores estão cada vez mais sujeitos a perdas e constrangimentos, progressivamente metamorfoseados em verdadeiras peças reificadas da engrenagem autodestrutiva do moderno sistema mundial produtor de mercadorias. Acrescente-se ainda que essa condição de migração forçada sinaliza para a formação de um estado de descontrole da dinâmica social do capitalismo, pondo às claras sua incapacidade de realizar um efetivo desenvolvimento social. Engendram-se aí comunidades e lugares matizados por uma condição de reprodução social nas bases de uma economia de aparência, conduzindo a uma espécie de falseamento socioexistencial ampliado.

Pois bem, esse traço marcante da dinâmica espacial capitalista remete à “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, proposto por Trotsky, que é uma das leis da dialética, isto é, a da interpenetração dos contrários. Vale dizer que a contradição que daí resulta é uma característica imanente à realidade, contradição que opera como elemento motor de sua própria transformação. Essa lei encerra uma dimensão espacial que se consubstancia no processo de regionalização, ou seja, de diferenciação de áreas. Embora a diferenciação de áreas

acompanhe a história das civilizações desde os seus primórdios, com o desenvolvimento das forças produtivas e a dinâmica da sociedade de classes sob o capitalismo, o que se verá é que o processo de regionalização adquire maior complexidade e diversidade, que se expressa por um maior retalhamento do espaço humanizado em inúmeras porções regionais. Essas inúmeras porções compõem mosaicos socioespaciais cada vez mais integrados por redes, sugerindo que não há como se considerar a região como entidade autônoma, principalmente nas condições da globalização atual. Portanto, é com o modo de produção capitalista que o processo de regionalização se torna mais contundente, dimensionando-se pela simultaneidade dos processos de diferenciação e integração na esteira da crescente mundialização da economia a partir do século XV. O movimento de unificação que historicamente ela engendra consubstancia-se, também, como um “movimento de diversificação, que consagra o princípio da unidade e diversidade na História” (Santos, 1986, pp. 16-17).

Se o espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforças e até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos. (Ibid., pp. 46-47)

Assim, sob a lógica do capital, os mecanismos de diferenciação de áreas tornam-se mais evidentes e perceptíveis, precipitando a formação de regiões desigualmente de-

envolvidas, porém articuladas entre si. Eis o aspecto da combinação da lei do desenvolvimento desigual e combinado, combinação que não se refere apenas à coexistência num mesmo território de modos de vida diferentes, mas também à conectividade espacial entre os territórios (Correa, 1986, p. 45). Assim, a lógica contraditória do desenvolvimento do modo de produção capitalista projeta-se espacialmente pela construção/destruição de formações territoriais em diferentes partes do mundo, levando também frações de uma mesma formação territorial a conhecerem processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, podendo daí resultar a conformação de regiões (Oliveira, 1999, p. 75).

Em contrapartida ao plano da globalização econômica desenvolve-se uma ampla e efetiva segmentação espacial da cadeia produtiva, deflagrando a especialização funcional dos lugares, o que implica o desenvolvimento das redes a fim de assegurar o funcionamento do sistema. Esse movimento entabula um novo localismo “globalizado”, qual seja:

[...] um localismo sistematizado e racionalizado que visa absorver as mercadorias ao produzir e reproduzir consumidores. [...] É preciso agora acelerar a rotatividade e não a implantação, e o capital está, portanto, produzindo heterogeneidade, transformando lugares em mercadorias. (Ibid., p. 240)

Vale dizer que a interdependência econômica não se dá, verdadeiramente, de forma homogênea, mas por etapas ou níveis diferenciados, o que suscita uma abordagem de caráter multidimensional a fim de apreender

as diferenciadas formas de interdependência e suas expressões geoeconômicas. Veja-se, por exemplo, o caso dos mercados regionais integrados, que

[...] são na realidade a forma pela qual a globalização avança e não uma nova divisão do mundo ou um fechamento dos continentes em “blocos” alternativos. (Vesentini, 2000, p. 37)

Contudo, é necessário acautelar-se quanto a interpretações que supervalorizam os blocos em detrimento do Estado-nacional, que, ao menos por enquanto, se apresenta como o principal agente político na organização territorial do mundo.

Outro fator a reforçar o traço da diferenciação espacial está no próprio mercado, uma vez que ele demanda a diversidade como variável à sua sustentação e promoção. Sob a lógica do capital, a diferença opera como uma condição necessária à sua reprodução, produzindo assim configurações territoriais diferenciadas. Embora o mercado seja portador de vetores de padronização, como é o consumo, isso não necessariamente corresponde a um processo de homogeneização socioespacial. A crença nessa idéia tem levado à equivocada interpretação quanto ao fim da região, isto é, de sua supressão pelos vetores do capital mundializado, quando um olhar mais atento à condição espacial do mundo atual nos oferece evidências diversas do processo inverso, como bem o demonstram, por exemplo, os movimentos regionalistas,<sup>4</sup> que se acentuam. A idéia de uma suposta homogeneização se expressaria mais propriamente como um movimento de fragmentação e segmentação espacial, dando-nos um cenário de recomposição e

reestruturação da diferenciação regional, objetivada tanto pelas novas e velhas desigualdades como pela própria recriação da diferença nos espaços. Esse panorama sugere a idéia de uma renovada geografia da diferenciação espacial que desvela o recrudescimento dos localismos, dos regionalismos e das desigualdades socioespaciais. O crescimento das disparidades territoriais sob a globalização demarca e particulariza a lógica evolutiva contraditória do capital e de sua reprodução. Elas são, portanto, produto e condição da globalização.

De acordo com Oliveira, sob o capitalismo, o território se expressa como “síntese contraditória” ou ainda como totalidade concreta que catalisa as instâncias do processo de produção e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), que são aspectos importantes à sua apreensão (1999, p.74). Como já observado, a diferenciação opera como um componente fundamental à oxigenação da economia de mercado, conquanto ela requeira a diversificação e a inovação permanentes para a sua existência e reprodução. A competição (e a competitividade) implica diferenciação. A criação de novos nichos de mercado estimulados pela valorização de hábitos locais e regionais evidencia essa condição. O próprio consumo encerra grande dose de ambigüidade, dada tanto por sua capacidade de corromper como pelo fato de precipitar, no plano da existência, o desvendamento da impossibilidade de sua fruição completa pelas sociedades desiguais. Isso ocorre uma vez que o sistema busca ininterruptamente a produção de novos objetos e o artificialismo de novas fontes de desejo, nesta que é, efetivamente, uma sociedade de consumo dirigido.

Diante disso, pode-se afirmar que, sob o capitalismo e a lógica do capital, processos de formação de regiões em escalas variadas – ainda que instáveis e mutantes – continuarão a ter o seu curso, de modo a impulsionar o ressurgimento e a reconstrução de regiões e áreas diferenciadas – envolvendo diversas formas de aglomeração –, dado que a espacialização diferencial lhe é inerente.

## Região e regionalização

A relação entre região e regionalização tem sido fonte de debates acalorados, de polêmicas e controvérsias, tanto na geografia como em áreas afins. A começar pelo fato de que não há consenso quanto ao significado de região, categoria que expõe sentidos variados, conquanto a região seja correntemente utilizada com variadas conotações. Não raro, a região se reveste de forte caráter ideológico, no sentido de produzir mistificações geográficas, podendo operar como um instrumento de manipulação política.

Malgrado a noção de região exista desde a Antiguidade, comparecendo em diversos domínios do conhecimento humano para além da Geografia e da própria ciência – como bem atesta o seu uso no âmbito do senso comum como referência de localização e extensão –, evidencia-se, entretanto, que a forma de abordagem e apreensão da região, bem como dos processos que lhe dão origem, estão condicionados pelas correntes ou escolas de pensamento geográfico historicamente constituídas. Assim, o que caracteriza cada “escola” são seus fundamentos teóricos e metodológicos, “escolas” que representam modos de apreender as realidades espaciais,

portanto, de suas variadas expressões. Entre os geógrafos, o conceito de região comporta uma pluralidade de significados e acepções que derivam dessas matrizes de pensamento, trazendo certas dificuldades e variações de ordem conceitual e operacional. Essa polissemia em torno do conceito de região confere à análise espacial um horizonte de possibilidades, daí a sua riqueza para a pesquisa e para a reflexão acadêmica. Lembrando que a reflexão sobre o conceito de região passa, necessariamente, pela discussão das noções de espaço e de tempo, do método e da escala; escala aqui compreendida como relação complexa de variáveis que embasam os recortes territoriais.

Essa reflexão implica o reconhecimento, já bastante difundido, de que as novas condições do mundo atual desnuda insuficiências e limites de abordagem da região e da regionalização em matrizes tradicionais, ao mesmo passo que revoga a idéia simplista e equivocada de fim da região, concebida como decorrência de uma suposta homogeneização deflagrada pela globalização. Acerca disso, nos diz Santos:

[...] na mesma vertente pós-moderna, que fala de fim do território, e de não lugar, inclui-se, também, a negação da idéia de região, quando, exatamente, nenhum subespaço do Planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização. (1996, p. 196)

Portanto, ao contrário de uma suposta homogeneização e suplantação do espaço pelo tempo, idéia central do conceito de desterritorialização, o que se constata é o crescimento de expressões locais e regionais.

A aceleração do ritmo dos acontecimentos, proporcionada pelos espetaculares avanços científico-tecnológicos, à medida que acentua a diferenciação dos eventos ante os imperativos do mercado e da competitividade crescentes, suscita o aumento da diferenciação dos lugares e, portanto, da extensão pelo mundo do fenômeno de região e de regionalização. À medida que o padrão de acumulação flexível atual se objetiva por movimentos de desconcentração da cadeia produtiva e de segmentação geográfica dos processos produtivos pelo mundo, propaga-se a fragmentação do espaço, redefinindo, portanto, as conformações regionais e a regionalização. A irradiação geográfica dos processos de produção, cada vez mais segmentados, tende a entabular especializações regionais de variados níveis, reavivando, dessa forma, o interesse pelo estudo do específico, do particular e do diferente em diversos campos do conhecimento. Vale dizer que a particularidade, assim como a singularidade adquirem maior projeção sob os imperativos de um mesmo processo contraditório. Tal processo se objetiva, simultaneamente, por vetores de homogeneização e de fragmentação, não havendo oposição entre eles, mas sim uma relação de complementaridade, uma vez que a globalização avança produzindo fragmentação e desigualdade, evoluindo, portanto, com a regionalização. A renovação dos interesses pelo particular vem acompanhada de uma revalorização da corologia e do estudo das situações geográficas,<sup>5</sup> pondo o acento nos processos de apropriação social do espaço<sup>6</sup> e na formação correlacionada de territorialidades.<sup>7</sup> Os lugares tornam-se, assim, antes a revelar o mundo e as suas contradições, à sua maneira.

O ressurgimento dos localismos, regionalismos ou nacionalismos tem levado ao aumento da diferenciação e da fragmentação espaciais (movimento de fragmentação), paralelamente ao desenvolvimento de processos de integração (movimento de coesão), a exemplo dos blocos econômicos e do regionalismo econômico-comercial. Fragmentação e coesão são, portanto, as faces contraditórias e mutuamente complementares da dinâmica territorial contemporânea, o que responde pela formação de uma realidade multidimensional e multiescalar.

A compreensão atual da regionalização requer o seu dimensionamento como um processo dinâmico e flexível, haja vista o fato de ela ter se tornado bastante vulnerável aos vetores de reestruturação espacial contemporânea (Soja, 1993). A regionalização abarcaria, assim, diversas territorialidades e articulações variadas, bem como a interação de múltiplas expressões sociais e econômicas. Ela também comporta uma dimensão política e pragmática, no sentido de sua instrumentalização pelo planejamento estatal, tendo em vista a consecução de políticas governamentais tais como aquelas voltadas à redução das desigualdades regionais. O que nos leva a encará-la não apenas como método ou instrumento analítico (e, neste caso, também político, pois instituído pelo sujeito), mas também como processo efetivo no âmbito da própria ação dos sujeitos. Desse modo, ela se traduz como uma ação negociada entre os sujeitos para a consecução de recortes regionais, o que se dá tanto no plano da esfera objetiva da vivência quanto da dimensão abstrata do pesquisador e do planejador.

Levando-se em conta os diversos interesses e especificidades culturais dos agentes

envolvidos, as regionalizações promovem o redesenho permanente dos espaços de atuação desses atores. Mais especificamente, a regionalização empreendida pelo planejador denota claramente um sentido funcionalista de abordagem do espaço e da região, o que não raro despreza o vivido e certas qualidades do existencial. Aqui, o lugar é tomado como algo exterior ao sujeito, arrostado como um construto manipulável para fins específicos, tratando-se mais propriamente da demarcação de um espaço de controle e dominação pelo Estado por meio do uso do planejamento, a partir do qual esse espaço de dominação é submetido à sua lógica. O Estado, no entanto, ora se coloca em contradição e conflito com o espaço dos interesses específicos da reprodução do capital, ora se alia a ele, estabelecendo dessa forma uma relação ambígua que faz acentuar a formação de diferenças territoriais em diferentes escalas (local, regional, etc.). Nesse sentido, a escala de análise regional adquire grande relevância como instância particular entre o local e o global. Acerca disso, Santos assinala que

A região torna-se uma importante categoria de análise, importante para que se possa captar a maneira como uma mesma forma de produzir se realiza em partes específicas do planeta ou dentro de um país, associando a nova dinâmica às condições preexistentes.

Não basta compreender teoricamente o que se passa no mundo, temos que ter nossa atenção também voltada para as diferentes geografizações das variáveis inerentes à nova maneira de produzir. Não podemos desprezar esta importante via de compreensão da realidade.

Hoje, a região, o regional, a regionalização têm de ser assim entendidos. (1988, p. 47)

Haesbaert, por sua vez, nos alerta para o fato de que

[...] a região não deve ser definida no sentido genérico de divisão ou recorte espacial, sem importar a escala, como indicam os processos de regionalização; [...] ela deve ser vista como produto de um processo social determinado que, expresso de modo complexo no/do espaço, define-se também pela escala geográfica em que ocorre, podendo ser, assim, um tipo de território. (2002, pp. 135-136)

Esse movimento dinâmico e geograficamente expandido engendra, igualmente, transformações constantes nas regiões. As regiões tornam-se tanto desorganizadas quanto deslocadas, conformando-se cada vez mais como espaços ou áreas descontínuas de difícil demarcação (Trift, 1996, p. 239).

## Considerações Finais

É preciso reforçar a idéia de se buscar permanentemente a aferição crítica das relações socioespaciais, almejando a apreensão de sua natureza e do seu sentido na existência humana. Há que se levar em conta, no processo de análise, as condições ampliadas de degradação da vida social e da economia sob os imperativos de uma mercantilização expandida e de sua acolitada financeirização,

que instauram o absolutismo do dinheiro e desencadeiam uma dinâmica perversa de empobrecimento, conduzindo a vida a um estado progressivo de sobrevivência mercantilizada. O avanço maciço do capital financeiro, dado quase que de forma instantânea, representa seguramente uma condição de incerteza e de perturbação no âmbito do sistema mundial capitalista, reverberando em todas as suas instâncias.

Isso porque, longe de ficar fixa em estruturas produtivas de relativa permanência, uma exagerada proporção do capital – seja das grandes fortunas, seja dos fundos de pensão – encontra mais rendimento na especulação e manipulação dos mercados e nas expectativas de ganho em contínua movimentação entre moedas, títulos e ações.

[...] Sem dúvida, ainda que o observador e analista científico possam explicar retrospectivamente e até prever seu movimento tendencial, a economia continua sendo determinada “pelas costas” da grande maioria dos atores socioeconômicos e dos mesmos Estados. Nas condições resultantes do desaparecimento do bloco soviético e da acomodação da social-democracia ante o embate conservador, a economia capitalista se liberta da reprodução da sociedade e, por muito tempo, se transforma, como na teoria, numa esfera auto-explicativa. E, ao fazê-lo, desencadeia sua capacidade destrutiva da vida. [...] Os gurus da economia e suas variações financeiras de curto prazo, administradores de uma realidade percebida com olhos míopes ou interessados, em meio à incerteza, nos ameaçam com a certeza do caos, se tentamos voltar a dominar

“o mercado”. Ao fazê-lo, esvaziam de sentido a política. Aqui, mostram sua ignorância ou sua insensibilidade diante dos atuais processos de fragmentação e dissolução de sociedades, instituições e sistemas de valores e normas, que são, para a vida da maioria, o verdadeiro CAOS. (Coraggio, 2005, p.106)

Ao olhar de uma geografia crítica renovada, profícuca e socialmente consequente, compreender os impactos desse processo nos modos de vida, logo, de suas transformações e suas correspondentes expressões territoriais, apresenta-se hoje como um esforço necessário ao desvendamento de práticas e relações crescentemente instrumentalizadas e fetichizadas pelo capital e sua enorme capilaridade na sociedade e no território. Nesse sentido, urge avançar a análise e as ações práticas<sup>8</sup> no mundo sensível para além da lógica estatista, perspectiva que vem ganhando corpo na geografia atual e em outros segmentos do saber, movimento que, seguramente, representa um ganho político e social auspicioso, que reforça a crítica necessária ao Estado e à economia (com a qual, sabidamente, ele mantém estreitas relações), iluminando as suas contradições, seu sentido e o universo de relação de forças sociais que os perpassa e lhes dão substância. Não se quer com isso sugerir que o Estado seja politicamente negligenciado, o que representaria um enorme reducionismo da questão, uma vez que ele representa o âmbito do conjunto social onde se entrelaçam e se consubstanciam relações políticas e econômicas cujos resultados reverberam sobre a sociedade e os respectivos territórios que ela circunscreve. Nesse sentido, pode-se considerar que seja

igualmente relevante e socialmente desejável empenhar esforços para uma efetiva democratização do Estado, o que pressupõe níveis mais avançados de mobilização e organização política da sociedade, com a crescente incorporação da sociedade, na sua diversidade, nas políticas de desenvolvimento urbano, como o demonstram, por exemplo, as políticas de orçamento participativo a serem aperfeiçoadas. Mas as mudanças requerem, no seu conjunto, a atuação de uma pluralidade de agentes, para além do Estado e da lógica estatista.

Sob as condições marcadamente constrangedoras da reprodução social sob o capitalismo atual, o desenvolvimento de práticas independentes do aparelho estatal assume grande importância quanto à constituição de alternativas e percursos socialmente mais desejáveis. Trata-se de ações de caráter mais propriamente autogestionário, portadoras do sentido da democracia direta,<sup>9</sup> sintonizadas com o desejo, tanto quanto ele seja possível, de mudanças libertadoras de fundo. Ainda que se admita que as condições socioespaciais da contemporaneidade encerrem dificuldades e mesmo certos limites à sua realização (urbanização expandida e conformação preeminente do território sob os imperativos do capital financeiro-rentista), ainda assim elas colocam no horizonte a possibilidade efetiva de um maior envolvimento e participação renovada das pessoas naquilo que afeta mais diretamente as suas vidas, constituindo no seu conjunto formas de atuação e operacionalização mais críticas e refratárias a dirigismos e cooptações do Estado.

Vislumbra-se, assim, a possibilidade de um projeto social de caráter mais autônomo, que compreenda o sentido da diferença

e, dessa forma, ilumine a interação social de modo a imprimir mais vida aos lugares, e não a sua negação, isto é, a mortificação do espaço. Nesse sentido, há que se forjar pelos poros da vida cotidiana a construção progressiva de situações capazes de restituírem o desejo lúcido pela vida, revogando a lógica de definhamento da mercadoria e seus mecanismos de reificação das pessoas em objetos mercantis. A brutal mercantilização do espaço, sob o patrocínio explícito do Estado, circunscreve os termos da mortificação aludida, que impõe uma condição crítica à reprodução social, com a degradação do trabalho e do trabalhador, tornado “coisa” descartável pelo sistema produtor de mercadorias. Essa condição-limite tem precipitado insurgências e resistências de variados matizes, parte delas ainda insuficientemente conhecidas e compreendidas, quando não negligenciadas. São forças emergentes que se dão paralelamente à profusão de ações diversas portadoras do sentido da barbárie, revelando-se como vertentes díspares de um mesmo processo histórico, sob uma mesma lógica. Isso pressupõe uma tomada de consciência quanto às causas reais desta condição de degradação e aviltamento do humano, isto é, o fato de que elas são produzidas nas contradições e nos limites (cada vez mais evidentes) do sistema produtor de mercadorias, em franca e perversa expansão na contemporaneidade.

Em parte considerável, os movimentos autonomistas<sup>10</sup> são portadores desse sentido, questionando as ações do Estado e a lógica que as fundamenta, ações essas que se voltam à criação de espaços de dominação e controle para e pelo capital, no que importa, sobretudo, às suas frações hegemônicas. O desenvolvimento e a difusão de práticas

autonomistas delineiam não apenas novos arranjos político-territoriais, como também conferem à escala do lugar a condição de *locus* privilegiado de uma geopolítica não institucional estatal.

A dinâmica espacial desigual e contraditória do capitalismo global reafirma, assim, as diferenças pela ação diversificada de movimentos sociais de variados matizes, dentre os quais se podem sublinhar os de caráter identitário, portadores de uma pluralidade de identidades. À medida que a globalização avança – fragilizando as identidades culturais locais, não raro tornando-as difusas –, faz precipitar, como já observado, uma diversidade de práticas e ações reativas pelo mundo, ou ainda, de variadas formas de insurgências voltadas, em grande medida, à inserção socioespacial de coletividades em patamares dignos, assim como ao reconhecimento e à aceitação da alteridade, da diferença e, até mesmo, do direito à indiferença. No entanto, nem toda diferença é socialmente aceitável ou desejável, podendo mesmo representar sérias ameaças e constrangimentos ao convívio social, como bem o demonstra, por exemplo, os movimentos de inspiração neonazista e suas práticas discriminatórias e truculentas. Nada que deponha contra o humano é aceitável, salvo na órbita estreita e viciada desses movimentos e na mente doentia de seus adeptos e seguidores.

As ações de resistência e de insurgência vêm desencadeando, nos mais variados territórios, diferenciadas expressões socioespaciais, como guetos, movimentos de preservação de bairros, entre outros, que denotam a crescente articulação entre o global e o local. Vale lembrar que esse binômio global-local se traduz na contemporaneidade como

o campo relacional fundamental de formação da dinâmica constitutiva de desigualdades e diferenças. Ele é, concomitantemente, portador dos vetores do novo e do velho, o novo muitas vezes se inscrevendo sobre as heranças territoriais do passado, podendo até suprimi-las, mas também se hibridizar com elas ou mesmo ser refutado por elas. Seria um exercício de pura presunção e miopia postular que a força do novo produz uma espécie de *tábula rasa* no conjunto dos territórios, desprezando-se, assim, as formas do passado remanescentes e os fatores de inércia.

As formas localizadas de ação política coletiva, dadas as novas possibilidades relacionais engendradas pela própria globalização, se fortalecem agora, até certo ponto, desafiando e redimensionando o poder do Estado. Um olhar mais atento pelos interstícios das grandes cidades nos revela uma gama de manifestações de resistência e de permanência, como são os casos de certos bairros e vilas que, até certo ponto, têm conseguido relativamente se resguardar e resistir às forças de fragmentação e reestruturação da urbanização/metropolização. Nesses lugares, ainda perduram sinergias significativas entre moradores e destes para com o lugar de vivência, aspectos sujeitos à dissolução se não forem suficientemente valorizados e politicamente resguardados pelos interessados. Isso sugere a conformação de territórios diferenciais e diferenciados, cuja unidade expõe a convergência da extensão geográfica empírica, seus habitantes e costumes, dotados de territorialidades insinuantes. Pode-se dizer que, até certo ponto, eles expõem uma cartografia comunitária relativamente bem demarcada, própria.

É oportuno esclarecer que o sentido de território aqui empregado se coloca para além da acepção que o qualifica como um construto essencialmente material e econômico, mas que o compreende também como um valor simbólico, o que implica a valorização de práticas históricas empreendidas pelos sujeitos sociais e de suas relações com o espaço vivido. Bem entendido, isso não representa qualquer forma de cisão entre o econômico e o político, uma vez que a valorização do espaço não é dada apenas pelo modo econômico *stricto sensu*, mas essencialmente pelo político. É mais propriamente o modo político de valorização que circunscreve o universo relacional privilegiado no qual se produzem formas de apropriação voltadas ao uso do espaço, aí incluídas as ainda possíveis relações topofílicas e de pertencimento ao lugar.

52

Tendo em vista uma melhor aferição das potencialidades e do alcance dessas ações coletivas, é necessário que elas sejam avaliadas de forma sistêmica quanto às suas possibilidades (e limites) de transformação e de melhoria das condições de vida, no que importa tanto às condições objetivas como subjetivas da existência. Nunca, como agora, as relações sociais estiveram tão submetidas e condicionadas à lógica do capital e do mercado, que ao instaurar o reino da concorrência e da competitividade, instaura, igualmente, o ódio, o conflito, a discriminação, induzindo à formação de

subjetividades obscuras que engendram – quase como um automatismo – a figura do inimigo, o que seguramente representa um ingrediente de perturbação às relações sociais, ao convívio e à solidariedade em nossos tempos. Porém, compreendemos que, para uma leitura crítica da dinâmica social, sob aquela mesma lógica, haveria que se levar em conta o necessário discernimento entre as situações em que a mercadoria é mediação relacional e aquela em que ela é só um recurso ou ainda um instrumento na realização da relação social. Lembremos que, sob o capitalismo acelerado dos tempos atuais, essa mediação pela mercadoria recrudescer, generalizando-se mundo afora, sobretudo por meio da publicidade ostensiva, do consumo dirigido, que criam valores e estabelecem uma cultura, portanto, um modo de vida por ela demarcada. E com a ampliação da crise e a simultaneidade espaço-temporal de sua ocorrência, coloca-se no horizonte de nossas preocupações o exercício de se pensar e forjar (por atos práticos) as bases de uma nova forma de socialização e humanização, para além da forma social preeminente do valor. Indubitavelmente, trata-se de uma seara difícil, desafiadora e, por isso mesmo, estimulante, caminho para o qual a humanidade, de modo geral, parece estar ainda despreparada, mas que, no entanto, tudo leva a crer que este se lhe apresenta como única alternativa a extrair luz da escuridão.

### Ulysses da Cunha Baggio

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo; professor do curso de Geografia do Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa (Minas Gerais, Brasil).

ulybaggio@ufv.br

## Notas

- \* Esta produção se vincula ao projeto autônomo de pesquisa Território e sociedade no horizonte de uma geografia libertária: percursos de uma epistemologia do desejo, que ora desenvolve junto ao Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa.
- (1) O filósofo Henri Lefebvre é categórico ao assinalar que “no capitalismo, a base econômica comanda. O econômico domina. As estruturas e superestruturas organizam as relações de produção (o que em nada exclui os atrasos, os distanciamentos e as disparidades). Os próprios conflitos se devem às relações de produção. Apesar de haver nessa sociedade uma coerência (sem a qual ela cairia em pedaços, ou melhor, sem a qual ela não poderia ter-se formado), apesar da coesão interna, sem chegar a suprimir as contradições, conseguir atenuá-las, protelar os efeitos, há ‘modo de produção’ e mesmo ‘sistema’. A riqueza das sociedades ‘nas quais reina o modo de produção capitalista’ se anuncia como uma imensa acumulação de mercadorias” (1999, p. 112, grifo nosso; os trechos e as expressões entre aspas simples são citações de Marx, extraídos por Lefebvre de *O capital*). Anthony Giddens, por sua vez, relaciona a proeminência do econômico mais especificamente ao processo de inovação tecnológica. Argumenta acerca disso que, em virtude de o empreendimento capitalista apresentar uma “natureza fortemente competitiva e expansionista, [...] a inovação tecnológica tende a ser constante e difusa” e que, dessa forma, “dadas as altas taxas de inovação na esfera econômica, os relacionamentos econômicos têm considerável influência sobre outras instituições” (1991, p. 62, grifo nosso).
- (2) Sobre essa questão em específico, Harvey (1992) refere-se ao esgotamento do fordismo-keynesianismo e ao advento de um novo paradigma do capitalismo, que ele designa de “acumulação flexível”, movimento que compreende como uma “transição” de paradigmas.
- (3) De acordo com Lefebvre (1999, pp. 135-136, grifo do autor), “esse ‘mundo da mercadoria’ tem sua lógica, sua linguagem, que o discurso teórico encontra e ‘compreende’ (dissipando conseqüentemente suas ilusões). Tendo sua coerência interna, esse mundo quer espontaneamente (automaticamente) se desenvolver sem limites; e pode fazê-lo. Ele se estende ao mundo inteiro; é o mercado mundial. Tudo se vende e se compra, se avalia em dinheiro. Todas as funções e estruturas por ele engendradas entram nesse mundo e sustentam-no. No entanto, esse mundo não chega a se fechar. Sua coerência tem limites; suas pretensões decepcionarão aqueles que apostam na troca e no valor de troca como absoluto. Com efeito, uma mercadoria escapa ao mundo da mercadoria: o trabalho, ou antes, o *tempo de trabalho* do trabalhador (proletário). Ele vende seu *tempo de trabalho* e continua, em princípio, livre; mesmo se crê ter vendido seu trabalho e sua pessoa, ele dispõe de direitos, de capacidades, de poderes que minam a dominação absoluta do mundo da mercadoria sobre o mundo inteiro. Por essa brecha podem entrar os ‘valores’ repelidos, o valor de uso, as relações de livre associação etc. Não é uma brecha ocasional; é mais e melhor; a contradição se instala no coração da coesão do capitalismo”.

- (4) Segundo Sandra Lencioni, os movimentos regionalistas “[...] emergem como força política no momento em que o processo de globalização procura açambarcar e homogeneizar todo o espaço. O movimento regionalista nega o nacional, podendo se fechar em sua particularidade, e se coloca com um sentido totalmente inverso de outrora, quando afirmar a identidade regional era afirmar a identidade nacional, pois a construção do sentido de pertencer a uma região integrada num todo harmônico, sob a direção do Estado, afirmava o sentimento nacionalista. Sinais de outros tempos: o regionalismo nega o nacional e a identidade nacional num contexto em que o nacional, que se dilui no bojo do processo de globalização, nega o regional” (1999, pp. 199-200).
- (5) Por situação, Pierre George compreende como “[...] uma soma de dados adquiridos, de relações organizadas em ordem sucessiva. Algumas dessas relações continuam a ser funcionais, integradas na evolução atual, enquanto que outras pertencem a uma herança que se degrada progressivamente e deixam, ao contrário, de ser funcionais”. Esclarece, ainda, que “[...] a situação se define necessariamente em primeiro lugar por limites espaciais, mesmo quando a influência do espaço local ou regional se combina com efeitos de uma pluralidade espacial. Mas a evolução da situação pode comportar deslocamentos dos limites regionais ou locais, expansão ou retração do referido espaço. As heranças de situações anteriores não correspondem necessariamente aos mesmos dados espaciais da situação atual e, desembocando em outra situação a curto prazo, pode-se ser conduzido a reconsiderar a posição espacial” (1968, p. 22).
- (6) A idéia de apropriação está referenciada aos diversos modos pelos quais o espaço é ocupado, tanto por formas materiais (objetos) como por atividades inscritas territorialmente (que configuram os usos da terra), e ainda por indivíduos e segmentos sociais variados. Quando a apropriação do espaço se realiza de forma “sistematizada e institucionalizada” ela “pode envolver a produção de formas territorialmente determinadas de solidariedade social (Harvey, 1992, p. 202).
- (7) Compreendendo a territorialidade uma categoria relacional espaço-sociedade, mais especificamente ela “[...] corresponde ao conjunto das relações que permitem aos diversos grupos fazer valer seus interesses no espaço, tornado lugar de vida”. (Bailly e Beguin, 1998, p. 16). Nesse sentido, ela se traduz e se inscreve como um fenômeno existencial, uma experiência possível manifesta no tempo e no espaço. É por meio da territorialidade que um dado grupo social ou indivíduo adquire consciência do seu espaço de vida. Assim, “[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vívido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (Raffestin, 1993, p. 158).
- (8) Pensa-se aqui principalmente em ações de caráter coletivo e que envolvam na sua origem e trajetória uma reflexão pública.
- (9) Por democracia direta compreende-se uma situação (ou regime político) em que as demandas e os problemas sociais não apresentam como mediação única o Estado e seus representantes, mas, para além deles, outros agentes da sociedade civil, a exemplo de movimentos sociais diversos que atuam numa perspectiva mais independente e de caráter autogestionário, de modo que os indivíduos atuem mais diretamente nos processos decisórios, o que modernamente implicaria o emprego do recurso da delegação e da descentralização político-territorial.

- (10) Obviamente, não estamos considerando como parte integrante desses movimentos ONGs que atuam pautadas pela lógica do mercado, muitas delas, aliás, representando interesses de empresas transnacionais.

## Referências

- BAILLY, A. e BEGUIN, H. (1998). *Introduction à la géographie humaine*. Paris, Armand Colin.
- CARLOS, A. F. A. (1996). *O lugar no/do mundo*. São Paulo, Hucitec.
- CHESNAIS, F. (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã.
- CORAGGIO, J. L. (2005). "Economia do trabalho: uma alternativa racional à incerteza". In: DINIZ, C. C. e LEMOS, M. B. (orgs.). *Economia e território*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- CORREA, R. L. (1986). *Região e organização espacial*. São Paulo, Ática.
- GEORGE, P. (1968). "Problemas, doutrina e método". In: GEORGE, P. et al. *A geografia ativa*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- GIDDENS, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Ed. da Unesp.
- HAESBAERT, R. (2002). *Territórios alternativos*. São Paulo, Contexto.
- HARVEY, D. (1992). *A condição pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola.
- LEFEBVRE, H. (1999). *A cidade do capital*. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro, DP&A.
- LENCIONI, S. (1999). "Região e geografia. A noção de região no pensamento geográfico". In: CARLOS, A. F. A. (org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo, Contexto.
- MARKUSEN, A. (2005). "Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator". In: DINIZ, C. C. e LEMOS, M. B. (orgs.). *Economia e território*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- OLIVEIRA, A. U. de (1999). "A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro". In: CARLOS, A. F. A. (org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo, Contexto.
- RAFFESTIN, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática.
- SANTOS, M. (1986). *Pensando o espaço do homem*. São Paulo, Hucitec.
- \_\_\_\_\_ (1988). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo, Hucitec.
- \_\_\_\_\_ (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. (2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo, Record.

SOJA, E. (1993). "A geografia histórica da reestruturação urbana e regional". In: *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, pp. 191-229.

TRIFT, N. (1996). "Visando o âmago da região". In: GREGORY, D. et al. (orgs.). *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

VESENTINI, J. W. (2000). *Novas geopolíticas*. São Paulo, Ática.

Recebido em maio/2008

Aprovado em ago/2008